

Eleições em Moçambique

São simples ou um obstáculo a evitar?

Nelson Alusala

Recomendações

- 1 Os moçambicanos devem analisar cuidadosamente os desafios da segurança pós-eleitoral que o país pode enfrentar, sobretudo no que respeita aos países da oposição.
- 2 O governo e a Renamo devem ambos renunciar à violência armada e empenhar-se no resultado das negociações contínuas com um processo claro de desarmamento e reintegração da Renamo.
- 3 Um resultado pacífico nas próximas eleições pode salvar vidas e possivelmente resultar num quadro de referência de paz e reconstrução pós-conflito para todo o país.
- 4 Dhlakama deve mostrar liderança e carácter mesmo caso se torne possível que ele saia derrotado nas próximas eleições.
- 5 Em todos os aspectos, os partidos devem acordar alguma forma de segurança para assegurar que os processos de construção de paz pós-conflito são mantidos.

A quinta eleição democrática de Moçambique está marcada para Outubro de 2014. Até Junho de 2014, parecia que a Renamo ia aumentar a sua resistência armada contra a Frelimo, o partido no poder, devido a alegadas cláusulas por cumprir no acordo de paz de 1992. Agora existem notícias de que a Renamo renovou o interesse nas negociações de um cessar fogo; o seu líder, Afonso Dhlakama, pode participar como candidato presidencial. Dentro deste desenvolvimento positivo, é essencial assegurar que a paz recém-estabelecida continue após as eleições. Os participantes no processo político devem ter em consideração os potenciais desafios de segurança pós-eleitoral, sobretudo a reacção dos partidos da oposição. Quer a Renamo vença ou perca, os partidos devem colocar em prática medidas que respondam sustentavelmente às exigências dos sobreviventes dos rebeldes da Renamo.

AS ELEIÇÕES presidenciais moçambicanas, previstas para Outubro de 2014 são um momento importante num ténue processo de paz. Até Junho de 2014, parecia que a *Resistência Nacional Moçambicana* ou Renamo iria aumentar a sua resistência armada contra a dirigente *Frente de Libertação de Moçambique* (ou Frelimo) que a Renamo afirma não cumpriu as cláusulas do acordo de paz de 1992.¹

O ténue caminho para as eleições

No dia 4 de Agosto de 2014, o Concelho Constitucional de Moçambique confirmou apenas três dos 11 potenciais candidatos²

presidenciais cumpriram todos os requisitos legais.³ Os candidatos são o anterior ministro da Defesa Filipe Nyusi (Frelimo), Afonso Dhlakama (Renamo) e Daviz Simango, o líder do *Movimento Democrático de Moçambique* (MDM), que também é o presidente da câmara municipal da Beira. O MDM é um partido dissidente da Renamo.⁴ Em certa medida, isto elimina a incerteza sobre os candidatos à corrida presidencial.

Os cidadãos e os investidores no país, a nível local e internacional, estão indubitavelmente a seguir com interesse as eleições na esperança de uma transição suave. Esse êxito não irá só

demonstrar o progresso democrático do país que começou com as primeiras eleições em 1994, mas também tranquilizar os investidores que os seus interesses serão garantidos no futuro. Em termos económicos, umas eleições bem sucedidas serão um grande ponto de viragem para um país onde estão a ser recentemente descobertos grandes jazidas de minérios.⁵

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) irá acolher de forma positiva eleições transparentes, oportunas e pacíficas em Moçambique, sobretudo logo depois de eleições bem sucedidas nas vizinhas África do Sul e no Malawi. Mais importante, as eleições serão uma indicação da capacidade do Presidente Armando Guebuza de preservar o legado do seu antecessor, o anterior Presidente Joaquim Chissano.

As rivalidades históricas entre o partido governante, a Frelimo, e o seu arqui-inimigo liderado por rebeldes, a Renamo, subiram novamente de tom durante a pré-campanha para a quinta eleição presidencial. A Renamo encenou ataques armados fortuitos contra forças governamentais nas províncias centrais do país de Sofala e Inhambane, em 2013, no meio das negociações para terminar as hostilidades⁶ e a situação ameaçou não só a estabilidade socioeconómica do país, mas também da estabilidade política da região da SADC como um todo.

A garantia inicial do Presidente Guebuza que as eleições em Moçambique iam continuar independentemente do resultado das negociações entre o governo dele e a Renamo foi uma clara indicação do seu empenho na procura da diplomacia e não da guerra – uma declaração que confirmou a determinação do governo em colocar os interesses do país antes dos interesses pessoais e/ou do partido.⁷ Ao contrário do que aconteceu em outros países Africanos, até agora, o Presidente Guebuza ainda não usou as contínuas divergências entre

o seu governo e a Renamo para atrasar o processo eleitoral ou prolongar o seu mandato.

Em comparação com alguns dos seus colegas no continente, o Presidente Guebuza ignorou a tentação de adiar as eleições até a situação da segurança estar estabilizada; se apoiada, esta determinação pode marcar a diferença entre a maturidade democrática de Moçambique e a ignomínia política que os seus colegas enfrentam em outros pontos do continente.

Subjacente à promessa de manter o calendário eleitoral estão uma série de desafios que a liderança do país (quer o partido no governo quer a oposição) devem ultrapassar para assegurar um processo pacífico e prosperidade para Moçambique. Existem dois obstáculos práticos. Um deles é como o país vai equilibrar os ideais de uma democracia com os interesses de anterior grupo rebelde armado que está determinado em usar a força e os boletins de voto para atingir os seus próprios objectivos.

Moçambique deve esperar um ambiente pós-eleitoral estável, mas também deve preparar-se para um resultado negativo

O legado do Presidente Guebuza está largamente dependente de como ele vai lidar com este duplo desafio, sobretudo porque Afonso Dhlakama também é candidato presidencial.

No interesse da estabilidade de Moçambique, a “lei da bala” nunca ia ser uma forma relevante de resolver nenhum dos rancores que a Renamo possa ter tido contra o governo, não importa quão sérias e válidas possam ter sido essas queixas.⁸ Porém, por um lado positivo, apesar de estar armada a Renamo continuou a estar envolvida em negociações com o governo até ser alcançado um cessar fogo. Este é um feito raro num conflito interno em

África. Normalmente os partidos têm de passar por uma duradoura guerra (civil) marcada por uma grande perda de vidas e danos em propriedades antes sequer de ser considerado uma opção. É por isso possível que, se ambos os lados optarem pela diplomacia, o resultado pode salvar vidas e possivelmente ajudar a um quadro de referência para o desarmamento da Renamo de uma vez por todas. Caso este marco seja alcançado, vai assinalar com eficácia o fim das consequências e anunciar uma nova era de prosperidade para Moçambique. É uma oportunidade que deve ser acolhida por todos os partidos políticos de Moçambique.

Moçambique deve esperar um ambiente pós-eleitoral estável, mas também deve preparar-se para um resultado negativo. Foram necessárias mais de 60 rondas de negociações entre o governo da Frelimo e a Renamo para concordar nos termos de encerramento das hostilidades e a integração dos antigos rebeldes da Renamo nas forças de defesa e segurança e outros na comunidade.⁹ Esperemos que

não sejam necessárias outras 60 tentativas para que o resultado das negociações seja implementado com sucesso.

É essencial que a Renamo, se realmente desejar que exista paz em Moçambique, se mantenha categórica nos seus ideais democráticos, como tem sido o caso. Deve renunciar a uma luta armada e obedecer a um processo de desarmamento estabelecido e transparente. Dhlakama deve mostrar liderança e carácter mesmo se ele puder vir a sair derrotado nas próximas eleições.

É louvável a forma como o governo tem lidado com a nova resistência dos antigos rebeldes da Renamo. Apesar de ter a

capacidade e motivos suficientes para lançar um ataque ao reduto da Renamo, o governo Moçambicano tem evitado com cuidado um conflito interno, contribuindo assim para reduzir a possibilidade de um regresso à guerra civil.

Um das eleições pacíficas também irão depender do facto de as contínuas negociações, que estão inteiramente dependentes da boa vontade de todas as partes, conseguirem entregar uma solução a longo prazo para o impasse político entre a Frelimo e a Renamo que

É louvável a forma como o governo tem lidado com a nova resistência dos antigos rebeldes da Renamo

representa um segundo obstáculo que precisa de ser ultrapassado.

Existem duas situações práticas que parecem óbvias e que todas as partes envolvidas nas negociações devem estar preparadas para lidar após as eleições. Primeiro, pode não haver tempo suficiente, entre esta altura e o momento das eleições, para os antigos rebeldes da Renamo fazerem um desarmamento satisfatório. Deverão ser consideradas seriamente quais as implicações desta hipótese para a paz e segurança pós-eleitoral do país. Em segundo lugar, é altamente provável que apenas um partido político possa sair vencedor nas eleições e por isso formar o próximo governo. Caso este seja o caso, os outros partidos estarão prontos a aceitar a derrota ou irão retomar a luta armada?

Ambas estas situações levantam a questão de como as partes podem assegurar que o espírito do resultado das negociações não será prejudicado no período pós-eleitoral. Por exemplo, quais seriam as implicações caso a Renamo não cumpra o pacto pré-eleitoral e sinta que sairá derrotada nas eleições? Será que voltaria a guerra?

Para evitar que isto aconteça, as partes devem criar mecanismos incluídos no

documento final que irão assegurar uma paz sustentável após as eleições. Se a Frelimo e a Renamo concordarem em algumas garantias de segurança, isso irá formar uma estratégia eficaz no processo pós-eleitoral de construção da paz. Uma das formas de fazer isto é que o secretariado da SADC garanta a segurança das negociações. Por exemplo, o governo de Moçambique podia entregar uma certa percentagem dos rendimentos dos seus recursos naturais durante um determinado

período de tempo ao fundo fiduciário do secretariado da SADC para apoiar as medidas de construção de confiança pós-eleitoral (CBMs).¹⁰ Esta é apenas uma das formas possíveis de atenuar a possível violência pós-eleitoral.¹¹

Conclusão

A situação pode ter dois cenários possíveis: em primeiro lugar, as negociações contínuas entre as partes podem levar a um sólido acordo de paz com CBMs integradas e consequentemente resultar no cessar das actividades armadas e, por isso, em eleições pacíficas. Esta é a vontade de todos os Moçambicanos que desejam a paz e deve ser apoiada pelos partidos políticos, mas também pelos países vizinhos e a comunidade geral. O cenário podia também pôr finalmente termo aos efeitos dos 16 anos de guerra civil que terminaram com o acordo de paz de Roma em 1992.

O segundo cenário é que as negociações contínuas não tragam resultados e, por isso, as eleições possam vir a ser realizadas numa atmosfera de hostilidades armadas perpetuadas pelos rebeldes da Renamo. Isto pode conduzir a instabilidade pós-eleitoral e

um impacto negativo no desenvolvimento socioeconómico do país. Quando os Moçambicanos forem votar, devem ter consciência de que todo o continente os apoia quando eles fizerem a sua escolha.

Notas

- 1 N Alusala, *Renamo's armed activities: it's time to find a solution*, 11 de Julho de 2014, www.issafrica.org/iss-today/renamos-armed-activities-its-time-to-find-a-solution.
- 2 All Africa, *Mozambique: Nyusi, Dhlakama and Simango confirmed as candidates*, 5 de Agosto de 2014, allafrica.com/stories/201408060266.html?aa_source=acrdrn-f0#ixzz39ibQZan6.
- 3 NSNBC *International*, *Mozambique: 35 parties and coalition groups registered for elections*, 21 de Maio de 2014, nsnbc.me/2014/05/21/mozambique-35-parties-and-coalition-groups-registered-for-elections/.
- 4 L Mwitii, *Vibrant emerging 'middle class' parties threaten old order in Mozambique*, Angola, 23 de Julho de 2014, mgafrica.com/article/2014-07-23-vibrant-middle-class-parties-threaten-to-upset-established-order-in-mozambique-angola.
- 5 PriceWaterhouseCoopers, *From promise to performance – Africa oil and gas review: Report on current developments in the oil and gas industry in Africa*, Junho de 2013, www.pwc.co.za/en_ZA/za/assets/pdf/africa-oil-and-gas-review-2013.pdf.
- 6 All Africa, *Mozambique: government forces, Renamo men clash in southern, central Mozambique*, 28 de Julho de 2014, allafrica.com/stories/201407301101.html?aa_source=useful-column.
- 7 All Africa, *Mozambique: Elections Will Go Ahead Regardless of Renamo*, 16 de Junho de 2014, allafrica.com/stories/201406162347.html.
- 8 N Alusala, *Renamo's armed activities: it's time to find a solution*, 11 de Julho de 2014, www.issafrica.org/iss-today/renamos-armed-activities-its-time-to-find-a-solution.
- 9 All Africa, *Mozambique: government forces, Renamo men clash in southern, central Mozambique*, 28 de Julho de 2014, allafrica.com/stories/201407301101.html?aa_source=useful-column.
- 10 CBMs são acordos entre as partes sobre a troca de informações e a verificação das forças e armamento militares. Os CBMs contribuem para a transparência em actividades militares e políticas. Podem ser usados para estabelecer regras relativas ao movimento das forças militares, bem como mecanismos para verificar o cumprimento destas regras. Estes acordos destinam-se a construir confiança entre partidos em conflito e limitar a escalada de violência.
- 11 H Higgins, *Applying confidence-building measures in a regional context*, <http://isis-online.org/uploads/conferences/documents/higginspaper.pdf>.



Acerca do autor

Nelson Alusala é um consultor de investigação no Instituto de Estudos de Segurança. Anteriormente, trabalhou para o Grupo de Peritos das Nações Unidas sobre a República do Congo. Também realizou pesquisa sobre o desarmamento, desmobilização e reintegração em vários contextos em África, incluindo em Moçambique e na Libéria. Ele permanece envolvido em iniciativas semelhantes na região dos Grandes Lagos.

Sobre o ISS

O Instituto de Estudos de Segurança é uma organização Africana que pretende aumentar a segurança dos indivíduos no continente. Realiza pesquisas independentes e autorizadas, fornece análise especializada de políticas e aconselhamento e orienta formações práticas e assistência técnica.

Reconhecimentos

O ISS agradece o apoio dos seguintes membros do Fórum de Parceira do ISS: os governos da Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Japão, Países Baixos, Noruega, Suécia e Estados Unidos.

ISS Pretoria

Block C, Brooklyn Court
361 Veale Street
New Muckleneuk
Pretoria, South Africa
Tel: +27 12 346 9500
Fax: +27 12 460 0998
pretoria@issafrica.org

ISS Addis Ababa

5th Floor, Get House
Building, Africa Avenue
Addis Ababa, Ethiopia
Tel: +251 11 515 6320
Fax: +251 11 515 6449
addisababa@issafrica.org

ISS Dakar

4th Floor, Immeuble Atryum
Route de Ouakam
Dakar, Senegal
Tel: +221 33 860 3304/42
Fax: +221 33 860 3343
dakar@issafrica.org

ISS Nairobi

Braeside Gardens
off Muthangari Road
Lavington, Nairobi, Kenya
Tel: +254 20 266 7208
Fax: +254 20 386 1639
nairobi@issafrica.org

www.issafrica.org

© 2014, Instituto de Estudos de Segurança

Os direitos de autor do volume como um todo pertencem ao Instituto de Estudos de Segurança e nenhuma parte pode ser reproduzida como um todo ou em parte sem autorização expressa, por escrito, dos autores ou da editora.

As opiniões expressas não reflectem necessariamente as do ISS, dos seus administradores, membros do Conselho de Consultores ou doadores. Os autores contribuem para as publicações do ISS de acordo com a sua disponibilidade individual

ISS comunicado No 67
da polícia

